

DECLARAÇÃO DA I CÚPULA DOS POVOS DO SUL

I Cúpula dos Povos do Sul Assunção, Paraguai - 28 e 29 de Junho de 2007

Na Cúpula dos Povos do Sul, realizada em Assunção/Paraguai nos dias 28 e 29 de Junho de 2007 cujo tema foi “Construindo Soberania”, as mulheres e homens que estiveram reunid@s a partir da aliança de suas organizações e movimentos sociais fazem pública a seguinte Declaração:

Considerando as mudanças políticas que a região têm passado, a Cúpula dos Povos do Sul condena a manutenção do modelo produtivo que as políticas neoliberais têm implementado na região a qual resulta em consequências graves para nossos povos porque têm atacado a própria base de sua soberania através da exploração humana e da apropriação e mercantilização da natureza, dos territórios e da própria vida.

Em que pese a seu grande potencial, até o momento o MERCOSUR não correspondeu às expectativas de mudança e de avanços significativos na condição de vida e de trabalho de nossos povos. Pelo contrário, o modelo de desenvolvimento que tem sido promovido continua aprofundando a degradação ambiental e aprofundando a exclusão social no interior dos países, assim como das desigualdades entre os mesmos.

No marco do modelo agro-exportador, a expansão dos monocultivos está provocando a destruição massiva da natureza. O auge dos agro-combustíveis que agora é estimulado aprofundará os efeitos devastadores que já são vistos em decorrência da exportação de matérias-primas destinadas a abastecer o consumo dos países industrializados.

Em vez disto, defendemos a soberania alimentar cujos princípios articulam políticas de autonomia produtiva baseadas nas necessidades dos povos, e não subordinadas às demandas do mercado mundial. Faz-se urgente implementar reformas agrárias baseadas nos princípios da soberania alimentar e dos territórios dos povos camponeses e indígenas.

O modelo de desenvolvimento implementado em nosso continente, assim como seu financiamento tem contribuído enormemente para a expansão da pobreza e à acumulação da dívida ilegítima de nossos países. Isto tem resultado nos grandes empreendimentos de infraestrutura cuja execução responde aos interesses das grandes corporações transnacionais e de seus sócios nacionais e locais.

Atualmente, este modelo está promovendo a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional de Sul-Americana - IIRSA um conjunto gigantesco de megaprojetos orientados para facilitar a exportação de matérias-primas e de recursos naturais da região. Esta iniciativa vai na contramão das propostas baseadas nos interesses e nas prioridades das populações, que integram os verdadeiros processos de integração continental pautados na equidade, inclusão, diversidade, soberania local, democracia, justiça social, idoneidade ecológica e ambiental e paz.

O processo de integração energética em curso deve ser desenvolvido a partir da recuperação da soberania sobre os recursos energéticos da região. Este processo deve basear-se no fortalecimento das empresas estatais de energia, na nacionalização dos recursos estratégicos e na utilização dos recursos dele oriundos, na construção de um desenvolvimento sustentável com políticas de redistribuição de renda, e na construção de novas matrizes a partir de fontes renováveis de energia.

Demandamos a urgente renegociação dos Tratados de Itaipu e de Yacyreta, assim como a necessidade de uma auditoria da ilegítima dívida paraguaia, produto dos injustos termos dos tratados assinados pelos governos ditatoriais do Paraguai, Brasil e Argentina.

Al mesmo tempo, o neoliberalismo aprofundou a perda dos direitos d@s trabalhador@s. O desemprego, as migrações, a precarização das relações de trabalho, a violação dos direitos trabalhistas, as discriminações de gênero e as desigualdades salariais entre homens e mulheres são algumas das evidências de que o atual modelo de desenvolvimento não responde às demandas sociais de nossos povos.

Os processos de integração devem assegurar a livre circulação de trabalhador@s, a recuperação e ampliação dos direitos laborais, ao mesmo tempo que garante o direito das pessoas em não migrar, como também os todos os direitos d@s migrantes.

Por outro lado, nos opomos ao avanço da militarização na região, que é conduzida principalmente através da instalação de bases, realização de exercícios militares, assim como da assinatura de convênios que garantem imunidade ao exército estadunidense. Nos inquieta também a utilização de forças militares e o surgimento de forças paramilitares no controle de áreas urbanas e rurais

sob o pretexto da segurança pública.

Alertamos sobre a elaboração de leis denominadas “antiterroristas” que vêm para criminalizar a luta social, os movimentos sociais e seus líderes. Denunciamos e rejeitamos estas iniciativas por serem novas formas de exercício do terrorismo de Estado diante de sua incapacidade de dar resposta aos graves problemas sociais.

Neste sentido, a Cúpula dos Povos do Sul exige a imediata liberdade dos 6 (seis) cidadãos paraguaios presos na Argentina, por tratar-se de perseguição política e de violação dos direitos humanos fundamentais, solicitando o respeito aos acordos referentes ao asilo político. Ao mesmo tempo, reafirmamos a necessidade da imediata retirada da Missão Militar das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

A integração dos povos implica, para nós, em considerar as diferenças entre os mesmos como uma expressão da diversidade cultural, ao mesmo tempo em que é ao mesmo tempo um desafio para que, através da complementaridade e da solidariedade mútua, conquistemos melhores condições de vida para todos. O combate das assimetrias não pode estar limitado a medidas compensatórias e desarticuladas, devendo contribuir para solucionar os problemas estruturais que impedem a autonomia e o bem-estar de nossos povos.

Os Fundos Estruturais (Fundo de Convergência Estrutural – FOCEN) devem servir para combater as desigualdades sociais e as assimetrias entre os países, facilitando a transparência e o controle social em sua formulação e execução.

O modelo de produção promovido pelas empresas transnacionais para a região provocou o empobrecimento, o aumento das desigualdades e aprofundou a exclusão social que posteriormente pretendia-se solucionar com políticas compensatórias para os excluídos.

Exigimos políticas públicas universais que respondam efetivamente às necessidades dos homens e das mulheres no acesso à educação, saúde, serviços públicos essenciais, e ao exercício pleno dos direitos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais.

Alertamos o descrédito crescente da classe política devido a sua reconhecida incapacidade em responder aos graves e urgentes problemas de nossas sociedades e das diversas formas de corrupção e ineficiência na gestão pública, o que conduz ao desprestígio das próprias instituições democráticas. Frente a isto, pedimos aos governantes que fortaleçam os espaços de diálogo e de interação entre os povos e os governos, estimulando os mecanismos de democracia participativa e de controle social.

A superação das formas autoritárias vividas na região e a construção de democracias efetivas requerem inclusão da diversidade dos sujeitos sociais, das identidades e dos corpos, e da diversidade cultural baseada no reconhecimento dos territórios dos povos e nações indígenas, que inclusive, por vezes, ultrapassam as fronteiras dos Estados Nacionais.

Recusamos todas formas de discriminação de gênero, raças e etnias, orientação sexual, crenças ou religiões, ideologias, origem, ou de qualquer outra distinção que menospreze os direitos das pessoas e o limite do exercício da cidadania.

As organizações e movimentos sociais da América do Sul reunidos em Assunção reafirmam a vontade de seguir promovendo a integração dos povos, e neste sentido, apóiam a plena inclusão da Bolívia, Venezuela e Equador no MERCOSUR.

Do mesmo modo, acreditamos e apoiamos fortemente a criação de uma ferramenta financeira que fomente iniciativas de desenvolvimento endógeno e sustentável das comunidades e povos. A criação do Banco dos Povos do Sul pode representar um enorme passo e oportunidade para a AMÉRICA Latina e o Caribe.

Por uma verdadeira integração que nos permita construir a soberania a partir dos povos do Sul e para os povos do Sul.